



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA - LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 022/2021

(Processo Administrativo nº 23086.003029/2021-89)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de **empresa especializada na prestação de serviço de confecção de bandeiras e fornecimento do material permanente mastros para atender a demanda da UFVJM no Campus JK em Diamantina/MG**, por meio de um Pregão Tradicional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO (composto por dois itens)	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
ITEM 01	Conjunto contendo 07 mastros conforme descrição a seguir: 01 (um) mastro de 11 metros e 06(seis) mastros de 10 metros, a medida dos mastros em metros informada está sendo considerada acima do nível do solo, sendo o mastro confeccionado de ferro galvanizado a fogo na parte interna e externa. Deve ser fornecido completo com roldanas e adriças para engastamento diretamente no solo ou para fixação em bloco de concreto - CATMAT: 19682	UNIDADE	01	R\$27.613,33	R\$27.613,33
ITEM 02	Prestação do serviço de confecção de um conjunto de 35 (trinta e cinco) bandeiras, sendo 05 (cinco) unidades da bandeira nacional, 05 (cinco) unidades da bandeira de Minas Gerais, 05 (cinco) unidades da bandeira da UFVJM, 05 (cinco) unidades da bandeira de Diamantina, 05 (cinco) unidades da bandeira de Janaúba, 05 (cinco) unidades da bandeira de Teófilo Otoni e 05 (cinco) unidades da bandeira de Unaí, sendo a bandeira fabricada em tecido poliéster 4 panos com dimensões de 1,80m x 2,56m, dupla-face em processo de estampa têxtil digital de alta qualidade, composta por fios de grande resistência e com alto brilho. Possui tralha na cor branca, com dois ilhoses nas pontas. Para uso externo. Dentro das Normas e Padrões ABNT - CATSER: 16330	UNIDADE	01	R\$9.583,27	R\$9.583,27

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de confecção de bandeiras e do fornecimento de mastros.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.4.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, visto que se trata de serviço de menor complexidade, onde foi possível predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõe o objeto a ser licitado, mitigando os riscos da ocorrência de distorções relevantes no decorrer da execução contratual.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de bem e serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada, bem como estão previstos no ART. 1º, inc XV, da Portaria MPDG nº 443/2018, que elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.1.1.1. A contratada deve efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 5.1.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 5.1.1.3. A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.1.1.4. A contratada deve substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 5 dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.1.1.5. A contratada deve comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.1.1.6. A contratada deve manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.1.1.7. A contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário;
- 5.1.2.8.1 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;
- 5.1.1.8. A contratada deverá executar o serviço nas datas indicadas pelas ordens de serviço emitidas pela UFVJM;
- 5.1.1.9. A empresa deve ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço, e deverá apresentar atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que já executou contratos de serviços não continuados compatíveis com o pleiteado nesta licitação (serviços de serralheria);
- 5.1.1.10. A Contratada deverá providenciar a confecção e entrega dos mastros e bandeiras no prazo de 30 dias corridos, contados a partir da autorização para a realização do serviço contratado;
- 5.1.1.11. O prazo expresso no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada e por escrito, antes do vencimento do prazo inicial, cabendo ao gestor do contrato manifestar-se em até 2 (dois) dias úteis a partir do recebimento da solicitação;
- 5.1.1.12. A entrega dos materiais deverá ocorrer preferencialmente durante a semana, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 17h. Para que as entregas sejam realizadas durante os finais de semana e/ou feriados ou fora do horário comercial, deverá ser previamente combinado com a equipe de fiscalização da UFVJM;
- 5.1.1.13. Os mastros e bandeiras deverão ser entregues com todas as despesas pagas, incluindo frete, carga e descarga, embalagens, mão de obra especializada e garantia;
- 5.1.1.14. Os produtos deverão ser confeccionados e entregues com mão de obra qualificada, materiais, utensílios, ferramentas, equipamentos e demais acessórios por responsabilidade exclusiva da Contratada;
- 5.1.1.15. A contratada deverá Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, através de seu preposto ou Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC);
- 5.1.1.16. A contratada deve atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a Contratante;
- 5.1.1.17. A contratada deve fornecer os números para chamadas gratuitas ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) ou outras formas de comunicação, como correspondência eletrônica (e-mail), bem como de outros canais durante toda a vigência da execução do serviço, para o registro de solicitações e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obtenção de suporte técnico e esclarecimentos;
- 5.1.1.18. A contratada não deverá divulgar, nem fornecer, dados ou informações obtidas em razão da contratação e não poderá utilizar o nome da CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal da CONTRATANTE;
- 5.1.1.19. A contratada deverá prestar o serviço de acordo com as especificações solicitadas;
- 5.1.1.20. A contratada responderá por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação do serviço;
- 5.1.1.21. A contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação ou entrega do serviço sem prévia anuência da UFVJM;

- 5.1.1.22. A contratada deverá manter seus dados atualizados perante a UFVJM no decorrer da vigência do futuro contrato, o que inclui atualizações quando houver mudanças nos canais de atendimento;
- 5.1.1.23. A contratada responde por todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta contratação;
- 5.1.1.24. A contratada deve aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.1.1.25. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos enquanto perdurar a vigência da garantia, sem qualquer ônus à UFVJM;
- 5.1.1.26. A contratada se responsabiliza por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 5.1.1.27. A contratada deverá dar ciência à UFVJM, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;
- 5.1.1.28. A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela UFVJM quanto à execução do contrato;
- 5.1.1.29. A contratada se responsabilizará por todo e qualquer dano, perda ou prejuízo causado à UFVJM, por dolo ou culpa, desde que devidamente comprovada, que venha causar durante a entrega do material, assumindo todo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições;
- 5.1.1.30. É dever da contratada acondicionar o material e os equipamentos utilizados na execução dos serviços em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado;
- 5.1.1.31. A contratada deve cumprir integralmente as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); e
- 5.1.1.32. A contratada deve respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da UFVJM.

5.1.2. Do pagamento, e Da Nota de Empenho com Força de Contrato e da Vigência

- 5.1.2.1. O pagamento será efetuado conforme demanda efetivamente executada, nas quantidades determinadas em cada solicitação, mediante apresentação de nota fiscal/fatura e após o recebimento definitivo dos serviços.
- 5.1.2.2. O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem bancária na entidade bancária indicada em sua proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, após aceite e ateste pela fiscalização desta universidade designada para esse fim.
- 5.1.2.3. Previamente ao pagamento, a UFVJM realizará consulta "online" ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (Cadin) e ao Sistema de Cadastramento Unificado do Governo Federal (SICAF) para verificação da sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a Contratada deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização;
- 5.1.2.4. Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a UFVJM notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de até 05 (cinco) dias.
- 5.1.2.5. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.
- 5.1.2.6. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.
- 5.1.2.7. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na UFVJM em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário.
- 5.1.2.8. Por se tratar de um procedimento licitatório cujo objeto resultará em uma única contratação mediante preliminar emissão de Nota de Empenho e Ordem de Serviço, não será necessária a figura do Contrato, uma vez que o serviço terá prazo máximo de execução de 30 dias. E desta forma, a Nota de Empenho passará a ter força de contrato, conforme disposições do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.1.2.9. Esse entendimento é corroborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que por meio do Acórdão 1234 /2018 - Plenário, firmou posição acerca da possibilidade da dispensa do TERMO DE CONTRATO E DA UTILIZAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS NAS HIPÓTESES DE COMPRAS COM ENTREGA IMEDIATA, como segue:

Sumário: REPRESENTAÇÃO CONVERTIDA DE PARECER DA AUDITORIA INTERNA. DISCUSSÃO A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE TERMO DE CONTRATO E DA UTILIZAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS NAS HIPÓTESES DE COMPRAS COM ENTREGA IMEDIATA. FIXAÇÃO DE ENTENDIMENTO. POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE TERMO CONTRATUAL. Acórdão 1234/2018 - Plenário. Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO.

9.1.1 há possibilidade jurídica de formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota de empenho, independentemente do valor ou da modalidade licitatória adotada, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/1993 e à luz dos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa que regem as contratações públicas;

9.1.2 a "entrega imediata" referida no art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993 deve ser entendida como aquela que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação.

5.1.3. Dos Critérios e Práticas de Sustentabilidade

- 5.1.3.1. Deverão ser observados, com relação a sustentabilidade, os seguintes requisitos definidos pela Lei 8.666/1993 e suas alterações:

I - segurança;

II - funcionalidade e adequação ao interesse público;

III - economia na execução, conservação e operação;

IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade do serviço;

VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;

VII - impacto ambiental.

5.1.3.2. Além disso, devem ser observados os requisitos definidos pelo Decreto 7.746/2012 e suas alterações:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

5.1.4. Da Natureza da Contratação

5.1.4.1. Para esta contratação haverá duas naturezas de despesas, sendo:

- Para o fornecimento do bem permanente "mastros" a ser adquirido enquadrando-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

- Já para o serviço de confecção do bem "bandeiras", este deverá ser executado em um período predeterminado além de possuir uma especificidade para a sua confecção que será de acordo com as medidas e especificações das bandeiras, por isso se enquadra como um serviço de natureza não continuada. Cumpre mencionar que a execução dos serviços prestados de forma não contínua está previsto no art. 16 da IN05/2017, como segue:

"Art. 16. Os serviços considerados não continuados ou contratados por escopo são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993."

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

6.1. Os atores envolvidos na gestão e fiscalização contratual estão elencados abaixo:

6.1.1. O gestor do contrato terá a função de coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros.

6.1.2. O fiscal técnico que fará o acompanhamento dos aspectos gerais da execução dos serviços, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento, avaliando a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo de prestação de serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme resultado.

6.2. Será emitida uma Nota de Empenho com as quantidades a serem executadas.

6.2.1. A nota de empenho será emitida após aprovação do orçamento apresentado.

6.3. Toda e qualquer demanda entre a empresa vencedora e a Contratante, e vice e versa, deverá ser formalizada através do fiscal de contratos, e questão relativas à execução do contrato deverá ser feita através de ofício ou e-mail.

6.4. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os orçamentos aprovados pela contratante, e em conformidade com os quantitativos estabelecidos na Nota de Empenho.

6.5. Após o ateste da realização do serviço, pelo Fiscal do Contrato, será realizada a liquidação da Nota de Empenho, após o que será realizada a ordem bancária de pagamento.

6.6. Caso a realização do serviço não seja atestada pelo Fiscal de Contrato, caberá a empresa contratada verificar e sanar os óbices colocados pelo Fiscal, que, após nova verificação, atestará a realização do serviço.

6.7. Para que o serviço possa ser atestado como realizado, deverão ser observados os seguintes critérios:

- 6.7.1. Os quantitativos e especificações do serviço entregue devem estar de acordo com o solicitado pelo fiscal de contrato e disposto no item 1.1 deste Termo de Referência;
- 6.8. Caso seja percebido qualquer óbice referente a perfeita execução do item acima, o responsável pelo recebimento deve informar de imediato ao responsável pela entrega e ao fiscal de contrato.
- 6.9. A fatura, incluindo-se seu detalhamento, deverá conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados e em conformidade com os preços contratados, não podendo incluir serviços relativos a outros contratos ou facilidades não contratadas.
- 6.10. Os serviços cujo detalhamento não contiver as informações mínimas que permitam a sua correta identificação serão considerados como cobranças indevidas e não serão pagos.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 7.1. O fornecedor deverá disponibilizar e responsabilizar-se por todos os materiais, acessórios e mão de obra necessários para a perfeita confecção e entrega dos mastros e bandeiras;
- 7.2. Em relação ao Item 02 (confecção de Bandeiras), as logomarcas das bandeiras nacional e regionais como Minas Gerais, Diamantina, Janaúba, Teófilo Otoni e Unaí, bem como a do logo da bandeira a institucional da UFVJM, serão disponibilizadas no momento da emissão da ordem de serviço pelo fiscal técnico representante da Contratante;
- 7.3. A instalação dos mastros e bandeiras ficará por conta da equipe técnica da contratante, representada pela Divisão de Manutenção subordinada à Diretoria de Infraestrutura da UFVJM.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 8.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 8.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 8.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 8.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 8.10. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço, notificações expedidas e outros referentes à contratação;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

- 12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 12.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 12.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 12.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 12.12. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 12.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 12.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 12.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 12.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 13.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 13.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 13.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 13.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 13.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 13.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 13.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 13.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 13.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

13.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

13.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.4.1. o prazo de validade;

14.4.2. a data da emissão;

14.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.4.4. o período de prestação dos serviços;

14.4.5. o valor a pagar; e

14.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.6.1. não produziu os resultados acordados;

14.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = (6 / 100) / 365$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------------	--

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índice IPCA /IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

16.1.1. Devido às características do objeto e do fornecimento, não será exigida a prestação de garantia. Por se tratar de um pregão tradicional será emitida uma nota de empenho respectiva e os valores contratados somente serão pagos no prazo de até 30 (trinta) dias após a execução do serviço.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. Não executar, ou executar parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

17.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. **Multa de:**

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

17.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

17.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência.

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 02

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 18.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 18.3.1. A empresa deve ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço, e deverá apresentar atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que já executou contratos de serviços compatíveis com o pleiteado nesta licitação;
- 18.3.1.1. Para comprovação da experiência na execução do serviço, a Contratada deverá demonstrar que já executou serviços em valor total igual o superior a 25% (R\$9.299,15) do valor total licitado (R\$37.196,60).
- 18.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 18.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 19.1. O custo estimado da contratação é de R\$37.196,60 (trinta e sete mil cento e noventa e seis reais e sessenta centavos).
- 19.1.1. Os preços referenciais desta contratação foram apurados a partir da realização de pesquisas de preços, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN nº 73/2020 ME/SEDGGD/SG.

20. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 20.1. A execução dos serviços será iniciada em outubro de 2021, na forma que segue:
- 20.2. Nos termos dos item 5.1.1.10 deste Termo de Referência, a Contratada deverá providenciar a confecção e entrega dos mastros e bandeiras no prazo de 30 dias corridos, contados a partir da autorização para realização do serviço.
- 20.3. No caso de descumprimento, o licitante será notificado extrajudicialmente, pelas vias administrativas, para que em 72 (setenta e duas) horas, contados da data do recebimento da notificação, execute o serviço ou venha apresentar justificativa de impossibilidade de cumprir o compromisso contratual. Em ambos os casos, fica desde já estabelecido que a Contratante poderá, a seu critério, cancelar a Ordem de Execução de Serviço e convocar o segundo colocado, sem entretanto, declinar do seu direito de promover o devido processo administrativo visando aplicação das sanções cabíveis e cobrança administrativa, na forma da Lei 8.666/93: multa, registro de inadimplência no SICAF e, se necessário, promover cobrança judicial e apuração das perdas e danos na forma da lei.
- 20.4. A contratada deverá efetuar os serviços dentro do prazo estipulado sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital.

Diamantina, 19 de julho de 2021.

LEONARDO DA SILVA BOAVENTURA
Chefe da Divisão de Gestão de Espaços
Portaria n° 2478, de 18 de novembro de 2020

ANEXO I

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

1- IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS :	
Data de Emissão:	
Setor Requisitante :	
Nome do Projeto:	
Sigla:	
Contratada:	
Empenho nº:	

2 - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Id	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VLR UNITÁRIO (R\$)	VLR TOTAL(R\$)
01					
02					
03					
04					

3 - LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Local de Execução dos Serviços	
Endereço:	

4 - INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

--

5 - DATAS E PRAZOS

Data Prevista para Início dos Serviços	
Data Prevista para Término dos Serviços	

O presente documento segue assinado pelo Fiscal Requisitante do Serviço ou Gestor do Contrato/Ata e Preposto da Contratada.

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – IN 40/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de confecção de bandeiras e fornecimento do material permanente mastros para atender a demanda da UFVJM no Campus JK em Diamantina/MG.

1 – Informações Básicas: Número processo:

23086.003029/2021-89

2 – Descrição da necessidade da contratação:

As contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

A responsabilidade pelo Estudo Técnico Preliminar é de uma equipe nomeada pela Pró Reitoria de administração (PROAD) através da PORTARIA/PROAD Nº 109, DE 29 DE ABRIL DE 2021, documento SEI: ([0343751](#)), e foi constituída por integrantes da área requisitante, logística e áreas técnicas, conforme a demanda exige.

A partir de uma demanda para a contratação de empresa especializada na confecção de mastros e bandeiras, identificada e apresentada pela reitoria da UFVJM conforme consta no (DFD) juntado aos autos, documento SEI: ([0340775](#)), este estudo preliminar foi produzido com o objetivo de verificar os requisitos técnicos e legais que devem ser cumpridos para a o atendimento da demanda, indicando dessa forma o melhor caminho a ser percorrido até a efetiva prestação do serviço contratado.

As bandeiras, além de serem símbolos nacionais, identificam comunidades e organizações, demonstrando que no local pessoas dividem crenças, objetivos, regras e estatutos, por isso a necessidade de se adquirir bandeiras para serem hasteadas no prédio da reitoria no campus JK da UFVJM.

O edifício da Reitoria, local onde serão instalados os mastros para dar suporte as bandeiras conforme Projeto Original - doc. Sei! ([0332798](#)), é o ponto central do Campus JK, sendo o Campus JK uma matriz para os demais Campi da UFVJM, isto devido a presença da Reitoria, bem como demais Órgãos e Conselhos onde as principais decisões são emanadas, através de Portarias, Resoluções e demais dispositivos legais, para toda a Comunidade Acadêmica da UFVJM nos seus diversos Campi.

E quanto a utilidade na contratação da prestação do serviço de confecção das bandeiras institucionais da UFVJM, ou regionais, no caso de Minas Gerais, Diamantina, Janaúba, Teófilo Otoni e Unai bem como o fornecimento do bem permanente mastros, é importante citar que estes representam uma identificação já nos preceitos de criação da UFVJM no atendimento às regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, simbolizando, através de suas bandeiras ou marcos históricos a interligação que ocorre entre seus diversos Campi no atendimento do seus principais objetivos que são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Portanto, trata-se de uma aquisição relevante para a UFVJM, já que visa por meio da simbologia trazida nas bandeiras, aproximar e identificar a comunidade acadêmica com a universidade e os municípios onde estão instalados os seus campi.

3- Área Requisitante e Responsável

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Gestão de Espaços	Leonardo da Silva Boaventura

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1. Os seguintes requisitos devem ser atendidos para que esta contratação seja efetivada:

4.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.1.2. A contratada deve efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.1.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.4. A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.5. A contratada deve substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 5 dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.6. A contratada deve comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.7. A contratada deve manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.8. A contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência da execução do serviço, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário;

4.1.8.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;

4.1.9. A contratada deverá executar o serviço nas datas indicadas pelas ordens de serviço emitidas pela UFVJM;

4.1.10. A empresa deve ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço, e deverá apresentar atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que já executou contratos de serviços semelhantes em quantitativos compatíveis com o pleiteado nesta licitação;

4.1.11. A Contratada deverá providenciar a confecção e entrega dos mastros e bandeiras no prazo de 30 dias corridos, contados a partir da autorização para a realização do serviço contratado;

4.1.12. O prazo expresso no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada e por escrito, antes do vencimento do prazo inicial, cabendo ao gestor do contrato manifestar-se em até 2 (dois) dias úteis a partir do recebimento da solicitação;

4.1.13. A entrega dos materiais deverá ocorrer preferencialmente durante a semana, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h às 17h. Para que as entregas sejam realizadas durante os finais de semana e/ou feriados ou fora do horário comercial, deverá ser previamente combinado com a equipe de fiscalização da UFVJM;

4.1.14. Os mastros e bandeiras deverão ser entregues com todas as despesas pagas, incluindo frete, carga e descarga, embalagens, mão de obra especializada e garantia;

4.1.15. Os produtos deverão ser confeccionados e entregues com mão de obra qualificada, materiais, utensílios, ferramentas, equipamentos e demais acessórios por responsabilidade exclusiva da Contratada;

4.1.16. A contratada deverá Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, através de seu preposto ou Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC);

4.1.17. A contratada deve atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a CONTRATANTE;

4.1.18. A contratada deve fornecer os números para chamadas gratuitas ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) ou outras formas de comunicação, como correspondência eletrônica (e-mail), bem como de outros canais durante toda a vigência da execução do serviço, para o registro de solicitações e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obtenção de suporte técnico e esclarecimentos;

4.1.19. A contratada não deverá divulgar, nem fornecer, dados ou informações obtidas em razão da contratação e não poderá utilizar o nome da CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal da CONTRATANTE;

4.1.20. A contratada deverá prestar o serviço de acordo com as especificações solicitadas;

4.1.21. A contratada responderá por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação do serviço;

4.1.22. A contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação ou entrega do serviço sem prévia anuência da UFVJM;

4.1.23. A contratada deverá manter seus dados atualizados perante a UFVJM no decorrer da vigência do futuro contrato, o que inclui atualizações quando houver mudanças nos canais de atendimento;

4.1.24. A contratada responde por todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta contratação;

4.1.25. A contratada deve aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.26. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos enquanto perdurar a vigência da garantia, sem qualquer ônus à UFVJM;

4.1.27. A contratada se responsabiliza por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

4.1.28. A contratada deverá dar ciência à UFVJM, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;

4.1.29. A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela UFVJM quanto à execução do contrato;

4.1.30. A contratada se responsabilizará por todo e qualquer dano, perda ou prejuízo causado à UFVJM, por dolo ou culpa, desde que devidamente comprovada, que venha causar durante a confecção e entrega do material, assumindo todo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.

4.1.31. É dever da contratada acondicionar o material e os equipamentos utilizados na execução dos serviços em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado;

4.1.32. A contratada deve cumprir integralmente as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); e

4.1.33. A contratada deve respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da UFVJM.

4.2. DO PAGAMENTO, DA NOTA DE EMPENHO COM FORÇA DE CONTRATO E DA VIGÊNCIA.

4.2.1. O pagamento será efetuado conforme a demanda for efetivamente executada, nas quantidades determinadas na solicitação, mediante apresentação de nota fiscal/fatura e após o recebimento definitivo dos serviços;

4.2.2. O pagamento será creditado em favor da Contratada por meio de ordem bancária na instituição bancária indicada em sua proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos, após aceite e atesto pela fiscalização desta universidade designada para esse fim;

4.2.3. Previamente ao pagamento, a UFVJM realizará consulta "online" ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (Cadin) e ao Sistema de Cadastramento Unificado do Governo Federal (SICAF) para verificação da sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a Contratada deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização;

4.2.4. Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a UFVJM notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de até 05 (cinco) dias;

4.2.5. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança;

4.2.6. No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita e/ou enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei;

4.2.7. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na UFVJM em favor da Contratada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, se necessário;

4.2.8. Por se tratar de um procedimento licitatório cujo objeto resultará em uma única contratação mediante preliminar emissão de Nota de Empenho e Ordem de Serviço, não será necessária a figura do Contrato, uma vez que o serviço terá prazo máximo de execução de 30 dias. E desta forma, a Nota de Empenho passará a ter força de contrato, conforme disposições do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.9. Esse entendimento é corroborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que por meio do Acórdão 1234 /2018 - Plenário, firmou posição acerca da possibilidade da dispensa do TERMO DE CONTRATO E DA UTILIZAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS NAS HIPÓTESES DE COMPRAS COM ENTREGA IMEDIATA, como segue:

Sumário: REPRESENTAÇÃO CONVERTIDA DE PARECER DA AUDITORIA INTERNA. DISCUSSÃO A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE TERMO DE CONTRATO E DA UTILIZAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS NAS HIPÓTESES DE COMPRAS COM ENTREGA IMEDIATA. FIXAÇÃO DE ENTENDIMENTO. POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE TERMO CONTRATUAL. Acórdão 1234/2018 - Plenário. Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO.

9.1.1 há possibilidade jurídica de formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota de empenho, independentemente do valor ou da modalidade licitatória adotada, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/1993 e à luz dos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa que regem as contratações públicas;

9.1.2 a "entrega imediata" referida no art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993 deve ser entendida como aquela que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação.

4.3. DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE.

Deverão ser observados, com relação a sustentabilidade, os seguintes requisitos definidos pela **Lei 8.666/1993** e suas alterações:

I - segurança;

II - funcionalidade e adequação ao interesse público;

III - economia na execução, conservação e operação;

IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade do serviço;

VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;

VII - impacto ambiental.

Além disso, devem-se observados os requisitos definidos pelo **Decreto 7.746/2012** e suas alterações:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

5 - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Para uma instituição de ensino pública como a UFVJM, autarquia federal que compõe a administração indireta da união e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a execução indireta do serviço é a maneira adequada de atender a demanda em tela, visto que a universidade não tem expertise profissional no ramo. Além disso, a execução indireta deste serviço está amparada pela portaria 443/MPDG, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, dispondo no seu art.1, caput e XV o seguinte:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis.

5.1. Alternativas disponíveis no mercado para execução indireta do serviço:

a). Contratação de empresa especializada na confecção e instalação de mastros e bandeiras; e

b). Contratação de empresa especializada na confecção de mastros e bandeiras.

Em relação a alternativa a, durante as pesquisas de preços e o levantamento de mercado, não foi possível encontrar empresas que confeccionam e instalam os mastros e bandeiras, por isso esta alternativa está descartada.

Já em relação a alternativa b, existem diversas empresas que atuam no ramo de confecção de mastros e bandeiras capazes de atenderem a demanda disponíveis no mercado, conforme pode ser constatado nos orçamentos e na Declaração de Composição de Custos juntados aos autos, por isso a alternativa técnica e economicamente viável para atender a demanda em tela é a alternativa b, ou seja, contratação de empresa especializada na confecção de mastros e bandeiras. Além disso, esta alternativa permite a administração da UFVJM solicitar junto a futura contratada que os materiais sejam confeccionados e personalizados de acordo com o ambiente onde serão instalados, mantendo a harmonia com o prédio da reitoria, além de mitigar os riscos de danificar os espaços ou os materiais adquiridos durante a instalação dos mastros que servirão de suporte para as bandeiras.

5.2. Natureza da contratação:

Para esta contratação haverá duas naturezas de despesas conforme consulta prévia e resposta da Diretoria de Orçamentos da UFVJM por meio do ofício 131 - doc Sei! [0379895](#), sendo:

- Para o fornecimento do bem permanente "mastros" a ser adquirido enquadrando-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

- Já para o serviço de confecção do bem "bandeiras", este deverá ser executado em um período predeterminado além de possuir uma especificidade para a sua confecção que será de acordo com as medidas e especificações das bandeiras, por isso se enquadra como um serviço de natureza não continuada. Cumpre mencionar que a execução dos serviços prestados de forma não contínua está previsto no art. 16 da IN05/2017, como segue:

"Art. 16. Os serviços considerados não continuados ou contratados por escopo são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993."

5.3. FORMA DA CONTRATAÇÃO:

Conforme já mencionado neste tópico, a contratação de empresa será realizada tanto de forma indireta, conforme Instrução Normativa SEGES/MPDG 05/2017 que normatiza as contratações de serviços pela Administração Pública, quanto no fornecimento de um bem permanente, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019.

A licitação é princípio que visa, além da isonomia e busca de vantajosidade para a administração pública, transparência, efetividade e promoção do desenvolvimento econômico nacional sustentável.

A obrigatoriedade de licitar é princípio constitucional estampado no art. 37, XXI, da Constituição Federal, aplicável, ressalvados casos específicos, a todo ente da administração pública direta ou indireta. Todo contrato de obra, serviço, compras e alienações, bem como concessão e permissão de serviços públicos, deve ser precedido de um procedimento licitatório.

O processo licitatório se dará na modalidade pregão, que encontra fundamento no parágrafo único do artigo 1º e no § 1º do artigo 2º da Lei nº 10.520/2002:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º (VETADO)

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Em consonância com § 1º, art. 1º do Decreto 10.024/2019, a modalidade de pregão se dará na sua forma eletrônica.

O Pregão Eletrônico pode ser tradicional ou por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP. Em um pregão tradicional, a licitação tem por finalidade uma compra ou contratação específica. Após o procedimento licitatório e assinatura do contrato administrativo, o objeto é entregue ou executado e o processo é encerrado.

Por outro lado, a licitação por SRP destina-se a registrar preços de fornecedores, que assumem o compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e nas condições nela estipuladas, para contratações eventuais futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias, dentro do prazo de validade da ata, respeitadas as condições nela estipuladas.

Para esta contratação indicamos o pregão tradicional, já que trata-se de um serviço específico, cuja execução deverá ocorrer no período estabelecido em contrato e o processo será encerrado após a execução.

6 - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de confecção de bandeiras e fornecimento do material permanente mastros para atender a demanda da UFVJM no Campus JK em Diamantina/MG deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

Sendo a descrição dos materiais, mastros e bandeiras, pormenorizado da seguinte forma:

- Mastro de ferro galvanizado a fogo na parte interna e externa completo com roldanas e adriças fornecido para engastamento diretamente no solo ou para fixação em bloco de concreto;

- Bandeira fabricada em tecido poliéster 4 panos com dimensões de 1,80m x 2,56m, dupla-face em processo de estampa têxtil digital de alta qualidade, composta por fios de grande resistência e com alto brilho. Possui tralha na cor branca, com dois ilhoses nas pontas. Para uso externo. Dentro das Normas e Padrões ABNT.

Devido às características da contratação, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

7 - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A gestão universitária levando em consideração inclusive o desgaste dos itens, no caso específico das bandeiras, determinou por meio do Despacho via Reitoria - doc Sei! [0367468](#) que pretende adquirir:

- 7 mastros de suporte para bandeiras, sendo 01 (um) mastro de 11 (onze) metros de altura para a bandeira do Brasil, e os outros 06 (seis) mastros de 10 (dez) metros de altura, já consideradas as medidas em metros acima do solo, para as bandeiras de Minas Gerais, UFVJM, Diamantina, Janaúba, Teófilo Otoni e Unaí. Os mastros serão instalados ao lado da entrada no Prédio da Reitoria no Campus JK da UFVJM em Diamantina/MG;

- E 35 bandeiras, sendo 5 unidades da bandeira do Brasil, 5 unidades da bandeira de Minas Gerais, 5 unidades da Bandeira da UFVJM, 5 unidades da bandeira de Diamantina, 5 unidades da bandeira de Janaúba, 5 unidades da bandeira de Teófilo Otoni e 5 unidades da bandeira de Unaí.

8 - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Como método para estimar os valores para esta contratação, bem como as memórias de cálculo e a metodologia (média) utilizada para obtenção dos preços de referência, foram realizadas pesquisas de preços obedecendo as disposições da IN SEDGGD/ME nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme transcrito abaixo:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Paineis de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II."

"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados."

Consta na presente contratação os orçamentos e análises para formação do preço médio conforme documentos SEI! (0403758), (0403786) e (0403789).

Desta forma, as pesquisas foram realizadas em conformidade com a Instrução Normativa nº 73/2020 acima que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Por fim, chegou-se a seguinte estimativa de valores que vão compor os Itens do lote:

Item 01 Conjunto de Mastros: R\$27.613,33;

Item 02 Conjunto de Bandeiras: R\$9.583,26.

9 - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Esta licitação contemplará a contratação de empresa especializada na prestação de serviço não continuado e fornecimento de bem permanente envolvendo a entrega em 01 (um) único lote com 02 (dois) itens para atender a demanda da UFVJM no campus JK em Diamantina/MG, sendo:

- conjunto de 01 (um) mastro de 11 metros e 06 (seis) mastros de 10 metros, sendo as medidas em metros acima do solo;

- conjunto de 35 (trinta e cinco) bandeiras, sendo 05 (cinco) unidades da bandeira nacional, 05 (cinco) unidades da bandeira de Minas Gerais, 05 (cinco) unidades da bandeira da UFVJM, 05 (cinco) unidades da bandeira de Diamantina, 05 (cinco) unidades da bandeira de Janaúba, 05 (cinco) unidades da bandeira de Teófilo Otoni e 05 (cinco) unidades da bandeira de Unaí.

Quanto a inviabilidade no parcelamento ou segregação destes dois conjuntos de itens, verificou-se primeiramente uma exclusividade na classificação destes materiais, com medidas e detalhamento feitos sob encomenda, e logo após verificou-se também haver uma interdependência entre eles, pois os mastros e as bandeiras serão demandados e confeccionados com medidas e materiais visando a melhor interligação ou conectividade entre os mastros e as bandeiras.

10 - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.

Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11 - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2017-2021 da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no Tópico 1.6, a contratação atende aos objetivos:

1.6 Dentre as dimensões consignadas no cumprimento da missão da UFVJM, destacamos aquela que diz respeito ao estudo e busca de solução para os problemas regionais, ao ajustamento às demandas regionais e seu empenho em facilitar à população das regiões de sua área de abrangência, a saber: Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais, o acesso ao nível superior de escolarização. Desta forma, a instituição é, então, um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento de uma vasta região na medida em que, ao longo de um curto espaço de tempo, ampliou seu raio regional de ação, aumentou consideravelmente a oferta de oportunidades educacionais com novos cursos de graduação, propiciando uma educação integral e de qualidade, capaz de formar agentes multiplicadores das ações de transformação da realidade social, econômica e ambiental dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais.

Fonte: PDI 2017 - 2021

A contratação dos serviços em tela consta no Plano Anual de Contratações - Ano 2021 conforme doc Sei! [0377605](#), registrada sob os números 12002 e 11997.

12 - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

Pretende-se com a contratação não somente a confecção e instalação de mastros e bandeiras para o Campus JK em Diamantina da UFVJM, mas representar seus simbolismos institucionais e regionais à toda Comunidade Acadêmica entre as diversas macro e micro regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Sendo desta forma um local de referência e ponto estratégico para eventos e divulgações como fotos e filmagens, realizados oficialmente por meio de sua Diretoria de Comunicação Social, assim como os realizados pelos demais Órgãos, Departamentos e toda a Comunidade Acadêmica na Reitoria do Campus JK da UFVJM.

13 - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

Previamente à contratação, a Instituição deverá garantir, de forma acordada com suas divisões técnicas (notadamente a Divisão de Manutenção que anuiu conforme doc Sei!0363823), que apresentará condições de proceder intervenções locais necessárias à instalação dos itens, assim como proceder a instalação dos objetos contratados.

Para a fiscalização dos serviços conforme IN 05/2017, deverá ser providenciada capacitação dos servidores para atuarem na contratação e fiscalização.

14 - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento;

A execução do objeto da pretensa contratação, salvo melhor juízo, não apresenta impactos ambientais que importem em medidas preventivas de tratamento ou de compensação. A contratada deverá seguir os critérios de sustentabilidade para mitigação de possíveis riscos, tais critérios já foram citados neste Estudo Preliminar no tópico "Requisitos da Contratação".

15 - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa Nº 40/2020 e com a Instrução Normativa nº 05/2017, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

Diamantina, 2021.

Equipe do Estudo Técnico Preliminar
PORTARIA/PROAD Nº 109, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Leonardo da Silva Boaventura.

Lucas Tiago do Prado.

Marcus Vinícios Félix.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo da Silva Boaventura, Servidor**, em 09/07/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícios Félix, Servidor**, em 09/07/2021, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Tiago Do Prado, Servidor**, em 09/07/2021, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0403999** e o código CRC **F9FA12A6**.

Referência: Processo nº 23086.003029/2021-89

SEI nº 0403999



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo da Silva Boaventura, Servidor**, em 17/08/2021, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=472267&infra_sistem...



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0437336** e o código CRC **2332717B**.

Referência: Processo nº 23086.003029/2021-89

SEI nº 0437336

Criado por [leonardo.boaventura](#), versão 2 por [leonardo.boaventura](#) em 17/08/2021 11:13:06.